

## RESENHAS

### CRISTOLOGIA

Fédou, Michel, *La voie du Christ. Evolutions de la christologie dans l'Occident latin d'Hilaire de Poitiers à Isidore de Séville (IV – VII siècle)*, III, (Paris: Cerf, Col. Cogitatio fidei, 2016), 210x135, ISBN 978-2-204-10918-5, 618 pp.

Teólogo e docente no Centre Sèvres – Faculdade jesuíta de Paris –, Michel Fédou é um conceituado especialista em teologia patrística e dogmática. A presente obra – “A via de Cristo. Evolução da cristologia no Ocidente latino, de Hilário de Poitiers a Isidoro de Sevilha (IV- VII século)” – é o terceiro volume de um tríptico dedicado à cristologia dos Padres da Igreja. Se, nos dois primeiros volumes, Fédou apresentava a gênese da cristologia no contexto religioso dos fins do séc. II aos inícios do séc. IV (vol. I) e o desenvolvimento da cristologia no contexto religioso do antigo Oriente, nomeadamente de Eusébio de Cesareia ao João Damasceno dos séculos IV-VIII (vol. II), a presente obra é um extraordinário contributo para a cristologia histórico-sistemática. Nesta se evidencia e analisa detalhadamente os contributos dos Padres latinos sobre a figura de Cristo (vol. III), particularmente na segunda metade da época patrística.

O presente volume divide-se em quatro partes, com uma ampla introdução e uma conclusão de grande abertura cultural e teológico-espiritual. A primeira parte do

livro aborda o percurso da cristologia de Hilário de Poitiers até Rufino, analisando minuciosamente os principais textos e contextos onde ela se elabora. Para além da referência aos temas clássicos da teologia da graça, do pecado ou da Trindade, a segunda parte da obra concentra-se na importância dos escritos de Agostinho de Hipona para a reflexão cristológica. A terceira parte coloca em evidência a figura de Cristo num itinerário heurístico que vai de João Cassiano a Leão Magno. Na quarta, e última parte, Michel Fédou traça o itinerário da reflexão sobre Cristo de Boécio até Isidoro de Sevilha, com especial incisão nas cristologias da África do Norte, da Gália e da Espanha visigótica.

Estabelecendo o percurso histórico-teológico de Hilário a Agostinho, o nosso autor procura relevar a reflexão cristológica num contexto marcado pelas controvérsias com o arianismo, de conflitos com a religião romana e das discussões com o neoplatonismo ou o combate contra o maniqueísmo. Analisando detalhadamente a literatura cristã de língua latina, o teólogo francês argumenta que a teologia daquela época não se desenvolve apenas em torno da questão da graça e da liberdade, dos debates entre Pelágio e Agostinho. Fédou constata que deste ambiente emerge também toda uma reflexão cristológica original, frequentemente sombreada por tais questões ou polémicas entre grupos oponentes. Assim, depois da morte de Agostinho, as discussões cristológicas ter-se-iam centrado em torno da salvação universal oferecida por

Cristo e nas controvérsias monofisistas, destacando-se a posição decisiva do Papa Leão Magno na condução desses debates.

Assim, a fina análise teológica e a metodologia histórico-crítica postas em acto nesta obra têm como intuito fundamental demonstrar que a «cristologia latina tem as suas marcas próprias e a sua originalidade; ela é sobretudo de um grande interesse histórico e teológico, como esperamos mostrá-lo ao longo deste volume» (p. 13). Esta posição devidamente argumentada visa desmistificar algumas interpretações históricas que deslegitimam a cristologia latina em detrimento da cristologia oriental, pelo simples facto de as controvérsias cristológicas e os grandes concílios ecuménicos terem ocorrido no contexto da patrística grega e da Ásia Menor. Deste modo, se minorizaria erradamente a pertinência da cristologia latina para os debates de então e na formulação dogmática da doutrina cristã. Por isso mesmo, é notória a preocupação do autor em cruzar a reflexão teológico-cristológica com os elementos culturais de cada época (por exemplo, a força e influência do paganismo e do arrianismo) e com o contexto sociopolítico (a relação entre a queda do Império romano e a expansão dos reinos bávaros). Mediante este procedimento metodológico fecundo, se interpreta e compreende de um modo mais amplo e historicamente situado o horizonte teológico da cristologia latina, sem deixar de a relacionar com as múltiplas cristologias do espectro oriental.

Na pedagógica e sintética conclusão final, o teólogo jesuíta elenca as aportações que o seu estudo poderá trazer à reflexão cristológica contemporânea, se entendido a partir de uma hermenêutica ou releitura inteligente dos textos fundamentais do cristianismo antigo. Tal como nos anteriores volumes, o autor identifica um triplo movimento na reflexão cristológica:

“apologético” (cfr. *De Trinitate* de Hilário), “dogmático” (*Carta 137 – A Volusiano* de Agostinho) e “espiritual” (*Hinos* de Ambrósio). Neste período histórico em análise, a reflexão sobre Cristo elabora-se a partir dos debates internos do cristianismo, com as outras crenças religiosas do seu entorno e em relação com as mutações sócio-culturais e políticas. Assim, «se a história da cristologia latina é de grande relevo para hoje, não é somente porque ela nos ensina os antigos debates sobre a identidade do Verbo feito carne e da sua repercussão nas diversas regiões do Ocidente. Não é somente porque ela nos revela a posição do cristianismo em relação a outras tradições religiosas e sobre a maneira que ele, no contacto com estas, pode precisar a originalidade da fé em Cristo, “único Mediador entre Deus e os homens”. É também porque os últimos séculos da época patrística foram, para o Ocidente latino, um período de profundas mutações políticas e culturais, e esta situação teve incidências na cristologia latina» (p. 587).

Seria um erro entender à cristologia desta época somente a partir das suas formulações doutrinárias, sem ter em devida consideração o declino de Roma e a queda do Império. Tal é a relação a estabelecer que o próprio Santo Agostinho afirmava que a via de Cristo, longe de aplicar qualquer tipo de pertença regional ou nacional, é a «via universal de salvação, dada a todas as nações». Quer dizer, «o mistério de Cristo não estava ligado à sobrevivência política do Império romano do Ocidente, mas que ele transcendia o destino das cidades terrestres» (p. 587). A verdade do evento crístico seria transmissível noutras línguas e a outras culturas ou civilizações, para além da língua latina e da cultura romana. Por isso, a questão da graça e do livre-arbítrio, entre Pelágio (que evoca a universalidade da salvação) e Agostinho (que faz uma interpretação mais restrita

de 1Tm 2, 4-6), não é apenas um debate conceptual abstracto. Ela tem incidência cristológica no novo contexto político e civilizacional nascente, pois é a questão crucial acerca da salvação dos “outros” e do horizonte salvífico da morte de Cristo. Não apenas para os que morreram antes da encarnação do Verbo, mas também para os novos povos que não conhecem a religião cristã. Parece-nos claramente ser esta uma das teses maiores desta investigação aprimorada e de amplo rigor teológico-exegético dos textos antigos.

Após uma acurada análise literária dos textos e do contexto epocal dos autores, Fédou conclui que «o problema maior com o qual os Padres latinos foram confrontados entre o fim do século V e a metade do século VII não foi o das controvérsias dogmáticas sobre a identidade de Cristo [tal como havia sido no espaço oriental], mesmo se alguns deles, tais como Boécio e Feudunus de Hermione, nisso se envolveram plenamente; foi mais, no decorrer destas controvérsias, como comunicar às gerações presentes e futuras os mistérios da fé cristã – estes mistérios mesmos que a cultura greco-latina tinha dado a conhecer e que, nestes tempos novos, deviam ser novamente anunciados?» (p. 589). Ora esta tese é de suma importância, pois o contexto da reflexão cristológica não era nem é um ambiente estável, de uma gramática comum, onde todos poderiam facilmente aceder às verdades da revelação cristã, mas numa confluência de povos, credos e culturas plurais. Contudo, através do processo hermenêutico colocado em acto na obra, Fédou mostra-nos convincentemente que o cristianismo se impôs desde cedo em espaços culturais plurais e não de um modo monolítico e linear.

Nesse sentido, tornara-se urgente para os padres latinos reinventar um novo modo de comunicar as mesmas verdades

num contexto diversificado e de múltiplas tradições religiosas e culturais. Ora isso exigia uma grande criatividade, não apenas linguística, mas de releitura cultural, na transmissão da fé cristológica na nova cultura que estava a nascer dos escombros do Império romano. Quais são as fontes propriamente ditas dos teólogos patrísticos? Segundo Fédou, essa nova linguagem da fé nutre-se primeiramente a partir das fontes escriturísticas, como resposta dos Padres latinos às novas exigências culturais. Tal como havia já sido feito pelos padres do século II, dá-se uma maior enraizamento escriturístico da cristologia desenvolvida por Hilário, mediante a atenção à leitura das Escrituras e à sua explicação e interpretação, com amplo destaque para as homilias bíblico-litúrgicas e para a prática exegética da Escritura. Por exemplo, Agostinho e Leão Magno apoiam-se ampla e fecundamente na meditação testamentária para elaborar as suas reflexões sobre o Verbo feito carne, isto é para a elaboração de uma teologia da encarnação plausível e credível. Assim, «constatamos que a pregação e o comentário bíblico (eles mesmos orientados, seguramente, pelos enunciados do Credo e pelos concílios) tornam-se ou retornam frequentemente, no século VI, a principal via de acesso à cristologia» (p. 590).

Se esta meditação das Escrituras se constitui como um modo fundamental para aceder ao conhecimento de Cristo, é importante relevar um outro, o testemunho dos ditos “homens de fé”, que se revelaram discípulos de Cristo pelas suas palavras e gestos. Surpreendentemente dá-se aqui a redescoberta do monaquismo oriental, o qual irá inspirar o do Ocidente, sobretudo com Martinho de Tours e Bento de Núrsia, cuja totalidade da sua vida testemunha a via de Cristo na história e no confronto com as novas culturas nascentes (bárbaro-pagãs).

Conscientes da importância do conhecimento através das Escrituras e da sua interpretação espiritual, bem como do testemunho monacal, os Padres latinos foram ainda mais longe na tradução da fé crística no novo contexto cultural emergente. De acordo com as conclusões de Fédou, eles não se contentaram apenas em transmitir as doutrinas que foram professadas pelos primeiros concílios ecumênicos, mas traduziram para latim e estudaram a teologia dos Padres gregos e inspiraram-se nos seus escritos para escrever a sua própria teologia (Ambrósio baseia-se em Orígenes e Agostinho nos Padres Capadócijs). Além do mais, no interior do movimento teológico de origem latina, inicia-se o processo de copiar (Cassiodoro no seu mosteiro em Vivarium) os escritos dos Padres latinos, para garantir a herança cristã e transmitir adequadamente o acesso aos mistérios de Cristo. Igualmente notável é o recurso do Padres latinos ao legado da civilização antiga greco-romana, naquilo que era compaginável com o dogma e a vida cristã, liberto de qualquer laivo de paganismo, que poderia favorecer um eficaz acesso ao conhecimento de Cristo, ou pelo menos preparar o acesso à Revelação. No seguimento de Orígenes, Agostinho incentivava ao bom uso do saber profano como via propedêutica de acesso à compreensão das Escrituras. Portanto, «as categorias dos filósofos gregos [ver, exemplo, a releitura de Aristóteles por Boécio] devem ajudar dar conta da identidade de Cristo» (p. 592), tais como “natureza”, “pessoa” e “relação”, fazendo do mistério cristão, transposto em língua latina, um mistério inteligível noutras línguas. O mesmo sucede com Cassiano ou com Isidoro que procuraram traduzir na sua língua ou ambiente crente as realidades do mundo em diálogo com o conhecimento dos mistérios do Deus de Jesus Cristo.

Desta forma se compreende a posição de Michel Fédou, pois «assim como os Padres latinos, no fim da época patrística, tinham como preocupação recolher e transmitir os contributos dos séculos anteriores, do mesmo modo incumbe à cristologia contemporânea iniciar e fazer frutificar a memória daquilo que, de Hilário de Poitiers a Isidoro de Sevilha (como no conjunto da literatura patrística), permitiu atender a uma inteligência mais profunda da confissão de fé cristológica» (p. 594). Tal como as comunidades cristãs e a mais alta teologia praticaram viva e criativamente essa transmissão memorial, hoje para se dar conta da fé no Verbo encarnado, “único Mediador entre Deus e os homens”, é imprescindível «aprender a lê-las e a relê-las sem cessar, de encontrar nelas a matriz da cristologia, e de manifestar também quanto a tradição bíblica contribui mais largamente à edificação e ao devir das nossas sociedades» (p. 594).

Portanto, poderíamos dizer com Fédou que a questão fundamental de toda a cristologia, de outrora e de hoje, é precisamente a de saber como «dar testemunho da vida de Cristo e aprofundar a significação desta via que eles reconheciam como a única entre todas» (pp. 595-596), sobretudo em contextos cultural e religiosamente plurais. Poderíamos afirmar que a linha hermenêutica adjacente ao presente estudo não é apenas diacrónica, mas também sincrónica, na medida em que procura aproximar e relacionar proficuamente discursos teológicos a culturas aparentemente distantes.

Sem deixarmos de realçar a sua pedagogia na explanação dos temas, dos textos e seus autores, a trilogia *La voie du Christ* é um excelente contributo teológico para uma nova releitura e repensamento da novidade do evento crístico a partir do solo consistente da tradição teológica patrística. Talvez neste ponto o autor pudesse até

ainda ir mais longe, no sentido de estabelecer uma maior relação com a cristologia contemporânea enquanto movimento de regresso às fontes neotestamentárias e patrísticas e como interpretação dos “sinais dos tempos”. Não obstante, com as palavras da Escritura, e a fazer jus à intenção do nosso autor, diremos que «deste modo cumpria-se o que fora anunciado pelo profeta: Abrirei a minha boca em parábolas e proclamarei coisas ocultas desde a criação do mundo» (Mt 13,35).

JOÃO PAULO BRITO DA COSTA

Orozco Ruano, Raúl, *Jesuscristo, Dios con nosotros. Cómo puede ser un hombre el Hijo de Dios?*, III, (Salamanca: Cerf, 2016), ISBN 978-84-96488-76-2, 2016, 634 pp.

Estamos perante um trabalho que corresponde à tese de doutoramento elaborada pelo autor, na universidade de Bona, sob orientação de Karl-Heinz Menke, que escreve o prefácio. Trata-se, em rigor, de uma teologia da encarnação, centrada na dimensão cristológica, embora com repercussões na teologia trinitária, como é óbvio. No essencial, a obra retoma a questão da *enhipostasia*, como tentativa de resposta ao problema complexo da união das duas naturezas, humana e divina, na única pessoa de Jesus Cristo.

Uma primeira parte do trabalho recu-pera, de forma bem organizada e completa, os dados históricos da questão, sobretudo no seu desenvolvimento patrístico. Partindo do contributo de João de Cesareia, estuda os pensamentos de Leôncio de Bizâncio e de Leôncio de Jerusalém, para desenvolver mais detalhadamente o contributo do mais conhecido Máximo Confessor.

Uma segunda parte é dedicada a desenvolvimentos dogmáticos posteriores, iniciando com a apresentação da conhecida “solução” de Tomás d Aquino, centrado na distinção da tríplice ciência de Cristo. Mas o cerne do capítulo dedica-se à posição de três conhecidos teólogos do séc. XX: Riedlinger, Rahner e von Balthasar. O primeiro concentra-se no conceito de historicidade, que o segundo desenvolve e integra no conceito de auto-consciência e o último transfere para um horizonte trinitário, superando assim a posição algo estreita de Tomás, sobretudo se considerada num contexto moderno, atento à dimensão da subjetividade histórica.

Estas duas primeiras partes não apresentam nada de propriamente novo, mas elaboram uma excelente síntese reflexiva da questão, que prepara a terceira parte. Esta concentra-se no estudo de um teólogo alemão contemporâneo, Georg Essen, professor de dogmática na Universidade de Bochum e discípulo de Thomas Pröpper (já agora, penso que seria bom, pelo menos na primeira referência, colocar o nome completo do autor estudado). Como seria de esperar, a chave de leitura é o conceito de liberdade, conceito central em toda a teologia desenvolvida pela escola de Pröpper. É na identidade entre a liberdade de Jesus (Homem) e a liberdade do Filho (Deus), que se fundamenta a identidade da pessoa de Jesus Cristo, na diferença das naturezas divina e humana.

Na avaliação crítica do pensamento de Essen, o autor coloca bem as questões, sobretudo aquela que identifica na identidade das liberdades um problema clássico de monofisismo, que acaba por não distinguir suficientemente a natureza divina da humana, reduzindo, neste caso, a primeira à segunda. A questão é pertinente, embora o autor não a avalie do mesmo modo. Para ele, a questão central reside na não valorização da realização da liberdade humana na pró-